

# **Relatório de Participação do Congresso Nacional dos Estudantes – Rio de Janeiro, Junho de 2009**

## **1. Declaração de Parcialidade**

O presente relatório reflete a visão pessoal de um delegado que esteve presente na totalidade do Congresso Nacional dos Estudantes (CNE), portanto não pretende refletir a verdade absoluta sobre os acontecimentos. Quem escreveu este documento: Marcelo Figueiredo Duarte, delegado pela Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cursando o sétimo semestre. Não sou filiado a algum partido ou organização política – integro a categoria conhecida como ‘os independentes’. Escrevo este relato para cumprir parte da minha responsabilidade de delegado perante a base de onde saí.

## **2. Acerca do CNE**

Quanto à preparação para a viagem não tenho nada a declarar. Estou de acordo com a forma como foram tirados os delegados e como foi levantada a verba para financiar os três ônibus que levaram a delegação do RS ao Rio.

O CNE existiu em função de algumas coisas. Sua necessidade foi avaliada em 2008 no Encontro Nacional dos Estudantes, realizado em Betim/MG, onde não estive presente, não podendo atestar em que condições se deu essa decisão. Todavia, essa decisão não partiu do nada: ela foi desencadeada pela já famosa ocupação da reitoria da USP pelos estudantes em 2007, que desencadeou outras ocupações de reitorias pelo Brasil, obtendo diversas conquistas para seus respectivos estudantes. Dessas evidências entendeu-se que o Movimento Estudantil (ME) estava ressurgindo, amadurecendo e ganhando ímpeto, mas que estava carecendo de uma articulação e coordenação nacional.

A responsabilidade de desempenhar esse papel costumeiramente foi da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), ambas articuladas sob uma mesma linha política (até onde me consta e até onde o site deles permite compreender - <http://www.une.org.br/>). Todavia, a percepção de que a UNE não estava mais atendendo aos interesses dos estudantes é compartilhada hoje por um número muito grande destes. Seus congressos são entendidos como antidemocráticos e coercitivos, inviabilizado uma disputa interna da entidade. Portanto, foi criado um novo congresso do ME brasileiro, com o intuito de articular esse novo movimento estudantil e trazer as lutas a um novo patamar político, completamente independente da UNE, reconectando a infra-estrutura do ME brasileiro à uma super-estrutura à seu serviço.

O CNE foi realizado no campus do “Fundão” da UFRJ, mais precisamente na Escola de Educação Física, entre os dias 11 a 14 de Junho de 2009. Foi financiado quase que totalmente pelos próprios participantes do congresso e por sindicatos que apoiavam a iniciativa, vários deles a partir da orientação da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). Foi um congresso histórico, tendo sido o primeiro congresso estudantil brasileiro a ser realizado por fora da UNE desde a criação da mesma, e por ter contado com quase 2000 participantes. Foi também o primeiro congresso organizado por esse grupo de pessoas, o que faz com que seja quase inevitável o aparecimento de diversos problemas em função da inexperiência da comissão organizadora.

### 3. O CNE e sua estrutura

O CNE foi representativo do ME brasileiro? É fato que havia delegações de todas as partes do Brasil, indicando uma representação bastante razoável das diferentes regiões do país. Politicamente falando, não houve participação dos segmentos direitistas do ME, mas também não se esperava que isso fosse acontecer. Por outro lado, o segmento esquerdista estava presente com 16 diferentes teses para tentar responder a essa demanda de reorganização do ME. Nesses termos, o CNE foi representativo sim, mas dos estudantes de orientação esquerdista. Ainda assim, logo de início ficou bastante claro que o PSTU representava a corrente majoritária no congresso, o que era evidenciado pelo grande número de bandeiras do partido e pessoas utilizando emblemas do PSTU em suas roupas.

O CNE foi um espaço democrático? As questões organizativas e deliberativas do congresso foram votadas e aprovadas por maioria simples pelos presentes no plenário. Os grupos de discussão (GDs) foram também organizados de forma a que todos pudessem expressar suas idéias sinteticamente para o coletivo presente. Eu não tomei conhecimento de falas ou outras formas de expressão que tenham sido barradas nos espaços oficiais do CNE. Portanto, a partir dessas considerações, o CNE foi sim democrático.

O CNE foi composto por diversas mesas temáticas, painéis e GDs, além da plenária final. Os GDs eram os espaços de onde saíam os encaminhamentos. Todos os encaminhamentos propostos nos GDs seriam votados na plenária. Os GDs seguiam três grandes eixos: conjuntura, que tratava da sociedade que temos e da sociedade que queremos; educação, que dizia respeito às demandas mais próximas da categoria dos estudantes; movimento estudantil, onde se discutiu o que poderia ser feito para mudar os quadros levantados. Ainda havia um GD de cultura e um de opressão, para tratar de temas pontuais.

### 4. O desenrolar do CNE

Por conta do atraso da chegada de muitas delegações, bem como o do cadastramento dos estudantes e outras demoras organizativas, a votação do regimento interno, onde seria decidida a programação do evento, deu-se com algumas horas de atraso. Isso inviabilizou que a programação original fosse seguida, obrigando o plenário a votar alterações e adaptações. Em relação a isso a mesa trouxe uma proposta de alteração já elaborada, que foi votada e aprovada sem maiores desdobramentos por aqueles que já haviam conseguido se fazer presentes.

As 16 teses foram apresentadas rotineiramente e o congresso seguiu seu rumo. Não me ateei aos andamentos narrativos para não tornar excessivo este já extenso relato.

Devo me pronunciar, no entanto, quanto a algumas questões que a meu ver se configuraram problemáticas. Todos os GDs de que eu participei foram sim democráticos. No entanto, as discussões que observei restringiam-se a comentários sobre a crise do capitalismo, repúdios redundantes à UNE e dicotomizações oposicionistas que não agregavam conteúdo. De forma geral, os espaços formais de discussão foram fortemente restritos a uma única visão político-econômica da realidade, e os presentes não estavam abertos a qualquer tipo de diálogo mais abrangente da conjuntura. Sendo assim, além dos debates terem se concentrado em disputas de segmentos políticos dentre os marxistas, não foi possível avançar nos temas e aprofundar as análises, muito menos uma discussão a respeito de ações concretas. Isso deu-se igualmente nos GDs de Conjuntura, Educação e ME, que foi de onde foram tirados os encaminhamentos para serem votados.

O único espaço que, dos que eu participei (os GDs eram divididos em pequenos grupos e simultâneos), conseguiu trabalhar questões políticas pertinentes de forma relevante e proveitosa foi a Atividade da Saúde, um espaço fora da programação oficial do CNE que foi convocado por integrantes do PSTU associados à essa área, durante um período livre da programação. O grupo presente não era muito numeroso se pensado em comparação com as dimensões do congresso, mas apresentou propostas de trabalho bastante consistentes e compartilhou experiências de movimento. Infelizmente essa atividade foi precedida de 45 minutos de falas de três pessoas ligadas ao PSTU e, não satisfeitos, também resolveram encerrar a atividade com mais 15 minutos de fala desses mesmos três indivíduos. Nesse segundo momento eles nos fizeram o desfavor de desconsiderar todo o acúmulo da discussão e a superação das dicotomias para reiterar a visão política do PSTU, ignorando completamente aquilo que havia sido debatido para afirmar um rompimento com o governo nas lutas por uma saúde melhor, entre outras pautas ‘revolucionárias’. Além disso, o grupo era de caráter informal, não podendo encaminhar propostas para a plenária. Fica aqui registrado o questionamento sobre o interesse do grupo de oferecer esse espaço nos moldes no qual ele foi feito, e até que ponto isso não era mais uma boa oportunidade para o PSTU insistir nas suas visões.

O congresso foi ficando mais polêmico à medida que o tempo passava. A supressão da prevista mesa de debate das 16 teses ocorreu sobre muita polêmica, visto que a opção de mantê-la não era realmente viável tendo em mente os atrasos e outras circunstâncias, então foi um tanto quanto inevitável que a decisão fosse essa, ainda que sob o protesto de alguns participantes e representantes das teses minoritárias.

O dia em que estava previsto a ocorrência dos GDs foi votado em plenária, no primeiro dia, durante a aprovação do Regimento, que fosse dedicado exclusivamente a isso. Tal conformação da programação gerou uma noite livre, que não havia sido questionada durante a votação do Regimento. E foi nessa mesma noite livre que ‘surtiu’ um evento que não fazia parte da programação oficial do CNE, mas que estava sendo promovido pelo PSTU e divulgado através de flyers e boca-a-boca. Esse evento consistiu em uma propaganda partidária e uma defesa da luta socialista, apresentada pelo carismático Valério Arcary e por um vídeo do PSTU. Já que coincidentalmente não havia qualquer outra atividade ocorrendo naquele mesmo momento, um percentual bastante expressivo dos participantes do congresso se fizeram presentes.

## **5. A Plenária Final**

Retomando o debate sobre a democracia do congresso, representantes das 16 teses e mais membros da comissão organizadora compuseram a comissão sistematizadora das propostas a serem votadas. Essa comissão, por mais democrática que possa ter sido, era hegemonicamente constituída por pessoas de visão marxista, que fizeram o serviço de “traduzir” algumas propostas para a forma marxista de pensar a política e a sociedade, como foi o caso da única tese que este que vos escreve encaminhou, a qual foi transformada em algo que não era. Devo dizer que, depois da experiência que tive durante os GDs e espaços informais, optei por não fazer esse questionamento publicamente na plenária. Eu até poderia ter espaço democrático para defender uma visão não estritamente marxista no CNE, mas a forma como o coletivo reagiria a isso me deu um certo medo, e entendi que não seria produtivo, já que não convenceria ninguém.

A plenária final começou com a votação de todas as propostas consensuais, que incluíam quase exclusivamente bandeiras de luta, principalmente declarações oposicionistas a determinadas políticas sociais e econômicas do governo brasileiro e até algumas internacionais. A quase

totalidade das propostas mais consistentes, excetuando-se algumas sobre Cultura, foram deixadas para um segundo momento.

Neste ponto que o desenrolar da plenária começou a ficar bastante complicado. A mesa, tendo em mente os atrasos e iminência da partida de algumas das maiores delegações do congresso, incluindo a da USP, entendeu que seria importante para o processo ser democrático que as votações das questões mais polêmicas e debatidas fossem feitas antes das que versavam sobre as propostas para o movimento estudantil em si. Além disso, a primeira proposta a ser votada seria a respeito da criação de uma nova entidade que representasse o ME brasileiro. Na prática, isso significava colocar questões estruturais e burocráticas antes do conteúdo ao qual essas burocracias deveriam atender. Os protestos foram muitos, diversas pessoas reivindicaram um maior acúmulo de discussões para que essa votação fosse feita, visto que o congresso não havia sido suficiente para isso. Muitos afirmavam a necessidade de se ter uma discussão com a base antes de se partir para iniciativas macro como essa.

Contudo, não foi oferecida uma resposta a essas reivindicações. Ao invés, fez-se uma votação e a maioria presente optou pela votação sobre a criação da nova entidade antes de qualquer coisa. Nem preciso dizer que a votação foi precipitada e que refletiu os esforços de cooptação da tese majoritária, representada pelos diversos militantes e amigos do PSTU, para mobilizar os presentes a aderirem a posicionamentos que favoreciam os interesses deles.

Sendo assim, foi votada e aprovada a criação de uma nova entidade estudantil, tendo sido escolhida a Assembléia Nacional de Estudantes – Livre, proposta da tese Outros Maios Virão, defendida pelos militantes do PSTU. Após esse momento tremendamente tenso, a plenária foi suspensa para que ocorresse o almoço.

Interessantemente, após o almoço o retorno dos participantes para o plenário foi muito lento e enfraquecido. O divisionismo era claro, havendo vários grupos paralelos se reunindo nos espaços abertos em torno do ginásio da plenária, discutindo sua insatisfação com os acontecimentos. Na plenária, as votações eventualmente seguiram-se com diversas intervenções de protesto e insatisfação com o andamento das coisas. Contudo, chegou um momento da tarde em que o plenário estava tão reduzido que decidiu-se interromper as votações com diversas propostas ainda pendentes, para que fossem discutidas em outros momentos nos espaços programados da ANEL! Me parece claro que a insatisfação com a forma como as votações foram conduzidas e com as decisões deliberadas minou a vontade de participação dos delegados do congresso, e nesse grupo eu prontamente me incluo.

## **6. Avaliação dos resultados do CNE**

Não parece difícil encontrar evidências que demonstrem o quanto o CNE era de interesse do PSTU e o quanto ele trabalhou para que esses interesses fossem assegurados. É interessante reparar que a CONLUTAS, entidade sindical vinculada ao PSTU, tenha orientado seus sindicatos a auxiliarem financeiramente o congresso, tendo em mente que havia um grande lobby durante o congresso para que o CNE aprovasse uma resolução que unisse a ANEL à CONLUTAS.

Além disso, tendo o PSTU rompido com a UNE, era do interesse do partido que existisse algum braço institucional vinculado à política deles dentro do ME, um consolidado campo de captação de quadros de militantes para os partidos políticos, além de ser mais um movimento que legitimaria a política do PSTU frente à sociedade. Não é do nada que a tese Outros Maios Virão foi a única que foi veiculada em um caderno próprio com 27 páginas, capa colorida, distribuída gratuitamente aos montes no começo do congresso, antes mesmo que o caderno oficial de teses

fosse distribuído. O dinheiro para a confecção desse caderno partiu de algum lugar, e eu acho muito pouco provável que isso não seja um reflexo de quanto o PSTU estava interessado em ter a sua tese aprovada no CNE. Além disso, de fato não seria possível dizer que a organização do congresso foi exclusivamente feita pelo PSTU, mas não seria nada absurdo destacar a extensiva presença de seus militantes nos postos organizativos do CNE e as ostensivas intervenções partidárias ou associadas ao partido que foram vistas durante o andamento do congresso.

Por último, a criação da ANEL está associada a uma proposta de ME classista e combativo. Ela reflete a vontade da maioria dos presentes na plenária, mas está longe de ser um consenso entre os delegados presentes no congresso. O que dirá em relação à base, as centenas de milhares de estudantes que ficaram em suas regiões. Não me parece nada claro como que ela poderia representar o ME nessas condições. A criação da ANEL remete à experiência com a Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (CONLUTE), a tentativa anterior do PSTU de criar esse braço institucional no ME, mas que fracassou inteiramente por não apresentar qualquer organicidade. No lugar de uma fracassada entidade burocrática, criou-se outra entidade, que se pretende menos burocrática, mas cuja criação já reflete os rumos que tomará e o risco de fracasso que os defensores dessa proposta assumiram novamente, sem qualquer necessidade justificável para tal impetuosidade que não fosse a incansavelmente mencionada ‘crise do capitalismo’.

### **7. Considerações gerais acerca do CNE**

Ideologicamente, eu entendo que o Movimento Estudantil representado no CNE estava excessivamente nivelado com os movimentos sindicais e trabalhistas, reduzindo os estudantes presentes a meros números mobilizados em torno de bandeiras sem conteúdo. Essa conjuntura reduz o Movimento Estudantil a uma mera massa de manobra político-partidária, que ignora o papel qualitativamente diferenciado que o ME tem a cumprir em relação às lutas sociais.

Quanto à ANEL tal como ela foi criada, eu entendo como um equívoco para o ME e também para os próprios interesses do PSTU, visto que o que eu vi na plenária final me leva a crer que o PSTU vai organizar a construção dessa entidade, mas somente ele. E depois de passado algum tempo? Reproduzo aqui uma frase enunciada na plenária final por um estudante insatisfeito: “... o PSTU vai jogar as camisetas da ANEL atrás do armário, assim como fez com as da CONLUTE!”